

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA  
DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**FULANA DE TAL**, brasileira, criança, nascido em 02.07.2018, atualmente conta com 5 anos de idade, inscrita no CPF sob o nº XXXXX, filha de FULNAO DE TAL e de FULANA DE TAL, neste ato, devidamente representados por sua genetriz **FULANA DE TAL**, brasileira, solteira, cozinheira, portadora do RG sob o XXXXXXXX, inscrita no CPF sob o nº XXXX, filha de FULANO DE TAL e de FULANO DE TAL, atualmente residentes e domiciliadas na XXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXXXX, endereço eletrônico: [XXXXXXXXt@hotmail.com](mailto:XXXXXXXXt@hotmail.com) por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXX**, vem à presença de Vossa Excelência, ajuizar

**AÇÃO DE ALIMENTOS C/C EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA**

em face de **FULANO DE TAL**, brasileiro, solteiro, pintor automotivo, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxx; CEP: xxxxxxxxxx, telefone para contato: (x) xxxxxxxx, endereço eletrônico: [xxxxxxxxxxxxx@gmail.com](mailto:xxxxxxxxxxxxx@gmail.com), demais dados desconhecidos, pelas razões de fato e direito a seguir aduzidas.

## **I. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

De início, assistida se declara pobre, na acepção jurídica do termo, não podendo arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, fazendo jus à **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, e art. 98, §1º, do Código de Processo Civil vigente.

## **II. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO**

Em razão de violência doméstica que culminou nas medidas protetivas de urgência, nos autos do **PJe n. ~~XXXXXXXXXXXXXX~~**, deferidas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de **XXXXXXXXXX**, **a representante legal da requerente NÃO opta pela realização de audiência de autocomposição, com fulcro no art. 319, inciso VII, do CPC.**

## **III. DOS FATOS**

A filiação do alimentando resta comprovada pela cópia da certidão de nascimento anexa aos autos.

Preliminarmente, insta ressaltar que a representante legal das partes alimentandas e o alimentante conviveram maritalmente por aproximadamente 6 (seis) anos e da união adveio a filha X X X, já qualificado acima, cuja regulamentação da guarda será objeto de discussão em ação autônoma, a fim de que não haja tumulto processual.

Atualmente, a **alimentanda XXXXXXXXXXXXXXXX**, já qualificado acima, encontra-se **EXCLUSIVAMENTE** sob a guarda fática e responsabilidade da genetriz que, por sua vez, necessita de auxílio financeiro para sustentar a prole em comum.



Ressalta-se que nos autos do PJe n. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX foram deferidas medidas protetivas de urgência, consistentes em proibição de aproximação e contato, em favor da representante legal, de seus familiares e de testemunhas tendo em vista a gravidade das violências domésticas perpetradas pelo alimentante, consoante se extrai da documental anexa.

Cabe informar que a genitora possui dois filhos: XXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (menor e fruto de relacionamento diverso). Da mesma forma, o genitor possui dois filhos: XXXX e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (menor e fruto de relacionamento diverso).

A representante legal reside apenas com seus dois filhos, tendo que arcar com as despesas mensais sozinha.

O requerido não possui veículo ou casa própria, conforme supõe a assistida.

Prestados os primeiros esclarecimentos necessários, passa-se a narrar os fatos que ensejam os pedidos.

Os gastos do alimentando são elevados e a genitora não consegue — e não conseguirá — arcar sozinha com a totalidade das despesas ordinárias e extraordinárias da prole comum. Dessa forma, com o fito de formalizarem os valores das pensões alimentícias que lhes são de direito, o alimentando ajuíza a presente demanda.

É a síntese do que reputamos necessário.

#### **IV. DAS NECESSIDADES DO ALIMENTANDO**

Imperioso salientar que a requerente está exclusivamente com a genitora e que a referida trabalha como cozinheira, sendo a exclusiva provedora do lar.

A criança, ora parte alimentanda possui necessidades inerente à atual idade (5 anos de idade) e demanda despesa material imprescindível com moradia, alimentação,



vestuário, saúde, luz e água, internet, escola e lazer perfazendo o valor mensal de R\$ xxxxxxxxxxxx (dois mil e setecentos reais), consoante se extrai da tabela de gastos abaixo:

DESPESAS MENSAIS	VALORES R\$
Moradia (aluguel/condomínio)	xx
Alimentação	xx
Saúde (medicamentos)	x
Vestuário (roupas e calçados)	x
Luz e água	x
Internet	x
Escola	x
Lazer	x
TOTAL	x

Ressalta-se que **a base para os cálculos dos alimentos foi estabelecida a partir de dos critérios da necessidade - possibilidade - razoabilidade, de modo a permitir que o padrão de vida dos alimentandos seja mantido, além de que usufruam do mesmo padrão de vida ostentado pelo alimentante.**

**V. DA PARTICIPAÇÃO DA REPRESENTANTE LEGAL DOS ALIMENTANDOS.**

A representante legal é cozinheira e reside sozinha com seus filhos, x x TANJA, de 5 anos, e x x x, de 4 meses.

A genitora, que foi vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, necessita de auxílio financeiro para sustentar a prole em comum, visto que, sua renda mensal é de apenas R\$xxx(dois mil e quinhentos reais).

Ora, **não é razoável impor, neste momento,** a participação financeira exclusiva da representante legal, tendo em vista ser dever dos pais, conjuntamente, prover o sustentos dos filhos.

## VI. DA POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE

Segundo o artigo 4º da Lei nº 5.478/68, o juiz, ao despachar a inicial, fixará alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, de modo que o alimentante contribua com as despesas imediatas e cotidianas da alimentada, que não podem esperar.

O alimentante é pintor automotivo, funcionário da empresa xxxxxxxx, CNPJ xxxxxxxx, nome fantasia: xxxxxx, localizado no xxxxxxxx, x - x, CEPxxx, telefone: (x) xxxx, endereço eletrônico: [xxxxxxxx@masserati.com.br](mailto:xxxxxxxx@masserati.com.br). Além disso, percebe uma remuneração de, no mínimo, **R\$ 1.400,00** (mil e quatrocentos reais), de acordo com a representante legal do alimentando.

A parte alimentanda postula a fixação dos alimentos no percentual de **30% (trinta por cento)**, tendo em vista ser uma criança de 5 (cinco) anos de idade, sobre seus **RENDIMENTOS BRUTOS**, deduzidos os descontos obrigatórios (IRPF e INSS), **incidentes sobre toda e qualquer verba remuneratória tais como: 1/3 de férias, 13º salário, horas extras, abonos, adicionais, gorjetas e verbas, além de auxílio creche e de salário família**, se houver, e ainda deverá custear metade do material escolar e uniforme quando a menor atingir a idade escolar.

E, ainda, caso o requerido venha a perder o vínculo empregatício, deseja que os alimentos sejam arbitrados na ordem de 32% do salário mínimo vigente.

Oportunamente, requer que sejam efetuados os depósitos até todo dia 10 (dez) de cada mês, ou no primeiro dia subsequente, referente ao mês vencido, devendo ser pago por meio de transferência bancária na conta do **Banco xxxxxxxxxxxx** de titularidade da representante da requerente xxxxxxxxxxxx, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

## **VII.DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA**

A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300 do CPC.

No presente caso, a **probabilidade do direito** que evidencia a verossimilhança da alegação de que o alimentando é responsável por prover alimentos ao filho menor, pode ser inferida pela certidão de nascimento anexa, bem como pelas obrigações constitucionais e legais.

Por outro lado, é manifesto o **perigo de dano irreparável ou de difícil reparação**, eis que, conforme já informado, a genitora não é capaz, neste momento, de arcar sozinha com os custos da criação da alimentanda, sendo necessário o auxílio do alimentante para garantir o sustento e bem estar dos menores.

A concessão da tutela provisória antecipada se faz necessária como forma de proteger a alimentanda de qualquer provável risco e dano, pois a urgência é manifesta no caso em tela.

Assim, percebe-se nitidamente que os requisitos autorizadores estão preenchidos, motivo pelo qual requer que seja concedida a antecipação da tutela de urgência para conceder os **ALIMENTOS PROVISÓRIOS NA FORMA DO ITEM VI.**

## **VIII. DOS PEDIDOS**



Por todo o exposto, requer:

- a)** os benefícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, nos termos do art. 98, § 1º, do CPC;

**b)** a intimação do ilustre representante do **MINISTÉRIO PÚBLICO**

para que intervenha no feito;

**c)** o **NÃO AGENDAMENTO DA AUDIÊNCIA** de conciliação, em razão da manifestação de vontade inequívoca da requerida quanto ao seu desinteresse;

**d)** A fixação de alimentos provisórios em **30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos**, ressalvados os descontos legais (Previdência e INSS) e incidentes, inclusive, sobre férias, décimo terceiro salário, horas extras, comissões, gratificações e adicionais, participação nos lucros, acrescido de auxílio creche e salário família, se houver, a ser descontado em folha e depositado na conta da mãe do requerente, e ainda deverá custear o uniforme e material escolar quando o menor atingir idade escolar;

**e)** A procedência do **pedido de alimentos**, confirmando os provisórios eventualmente fixados, para condenar o réu a pagar ao autor alimentos definitivos no valor de **30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos**, ressalvados os descontos legais (Previdência e INSS) e incidentes, inclusive, sobre férias, décimo terceiro salário, horas extras, comissões, gratificações e adicionais, participação nos lucros, acrescido de auxílio creche e salário família, se houver, a ser descontado e depositado na conta da mãe do requerente, e ainda deverá custear o uniforme e material escolar quando o menor atingir idade escolar, devidos desde a citação, a serem depositados na conta bancária da genitora da menor: **fulana de tal, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxx, conforme os seguintes dados bancários: Banco Inter, Agência xxx, Conta Corrente nº xxxxxxxxxxxxxxxx**

**f) E, ainda, caso o requerido venha a perder o vínculo empregatício, deseja que os alimentos sejam convertidos automaticamente para 32% do salário mínimo vigente a ser depositado no dia 10 de cada mês na conta bancária da genitora do menor, e ainda deverá custear o uniforme e material escolar quando a menor atingir idade escolar;**

**g)** Seja oficiado o órgão empregador do requerido, funcionário da empresa **fulana de tal.**, CNPJ xxxxxxxx, nome fantasia: Schustter Autocenter, localizado no xxxxxxxxxxxx, x - x, CEPxxx, telefone: (61) xxxxxxxx, endereço eletrônico: xxxxxmasserati.com.br;

**h) a CONDENAÇÃO** do requerido ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios e demais consectários legais, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04 de dezembro de 2007 com a redação que lhe deu o art. 3º da Lei Complementar Distrital nº 908/2016) – Banco de Brasília S.A - BRB, código do banco 070, Agência 100, Conta Bancária nº 013251-7 (CNPJ PRODEF nº 09.396.049/0001-80).

**i)** A produção de todos os meios de prova admissíveis em direito, em especial: depoimento pessoal do requerido, produção de prova testemunhal e juntada de documentos.

**Dá-se à causa o valor de R\$ x,x (xxxxxxxxx)**

Termos em que pede e espera deferimento.

*(datado e assinado digitalmente)*

**Fulana de tal**

Defensor Público do xxxxxxxxxxxxxx